

Preço do leite segue em tendência de crescimento

O preço consolidado do leite em novembro sofreu ligeira elevação em relação ao que o Conseleite havia projetado. A estimativa de valor para o produto padrão era de R\$ 0,5431, mas a cotação fechou em R\$ 0,5512. O presidente do Conseleite e da Comissão do Leite da Farsul, Jorge Rodrigues, informou que, para dezembro, o conselho estima que o preço apresente nova elevação e chegue a R\$ 0,5558. Segundo o dirigente, a elevação nos valores é reflexo da diminuição da produção, o que ajustou a oferta à demanda. Para Rodrigues, isso aconteceu porque a queda nos preços desestimulou os agricultores, que secaram as vacas antes da época habitual.



Vacas foram secas antes da época habitual, o que ajustou oferta

Matéria-prima	Novembro	Dezembro*
Leite acima do padrão	R\$ 0,6339	R\$ 0,6392
Leite padrão	R\$ 0,5512	R\$ 0,5558
Leite abaixo do padrão	R\$ 0,4961	R\$ 0,5002

Fonte: Conseleite

Obs. Os presente valores são com Funrural incluso, posto na plataforma, considerando produção de até 1.000 litros/dia. *Valores projetados

Câmara de Carne Bovina faz balanço

“Em 2008 a câmara setorial obteve resultado muito superior ao de anos anteriores, respondendo demandas importantes, em conjunto com o Ministério da Agricultura”, avaliou o presidente da Câmara Setorial de Carne Bovina, Antenor Nogueira, durante a reunião do setor, no dia 10 de dezembro, em Brasília. O encontro foi promovido em conjunto com o Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte, no auditório da CNA, em Brasília, no dia 10 de dezembro.

No último encontro de 2008, foi apresentada a evolução das pesquisas sobre a vacina contra a febre aftosa, de-

envolvidas por meio de parceria da iniciativa privada com o Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro). A nova vacina é livre de proteínas não estruturais e deverá ser distribuída e aplicada a partir de 2009.

Foram mostrados também os primeiros resultados das reuniões com pesquisadores e cadeia produtiva sobre a pecuária e os gases do efeito estufa. O tema será pauta para as reuniões do próximo ano. Nogueira acredita que em 2009 o setor deve se manter atento à União Europeia, importante mercado da carne bovina brasileira. Além disso, citou ações para iniciar um programa

de bem-estar animal. Também esteve em pauta dificuldades da comercialização do couro. Por unanimidade, foi decidido solicitar ao governo federal a retirada do imposto sobre exportação do couro *wet-blue*, hoje em 9%.

O vice-presidente da Farsul Fernando Adauto, que participou do encontro, manifestou descontentamento do setor pela falta de acolhimento das 21 alterações no Sisbov propostas pelo Conselho Técnico remetidas ao Ministério da Agricultura (Mapa). Técnicos do ministério informaram que novas ações somente serão adotadas depois da visita dos europeus.

Ampliado prazo para averbar reserva legal

O decreto 6.686, publicado no dia 11 de dezembro de 2008 no Diário Oficial da União, garantiu aos agricultores o prazo de um ano para averbação de reserva legal. A imposição, prevista na Lei de Crimes Ambientais, determina a preservação de reservas das propriedades rurais, limitando a atividade agropecuária, o que agora somente será cobrado a partir de 11 de dezembro de 2009. O novo texto – que substitui o decreto 6.514 – também restringe o embargo em casos de infração

apenas ao local da contravenção, e não mais a toda propriedade. Outra mudança é a criação da advertência. Os infratores podem ser apenas alertados sobre o problema e isentos de multa, que varia de R\$ 500,00 a R\$ 100 mil por dia. A nova legislação ainda prevê que as sanções não serão aplicadas quando o prazo pré-estabelecido não for cumprido devido ao atraso do órgão ambiental.

Na opinião do presidente da Farsul, Carlos Sperotto, foram feitas poucas mudanças, mas o prazo é visto como

uma chance de mudar o código. “Queremos trazer o Código Ambiental para a nossa realidade, pois foi criado há 50 anos.” O assessor de recursos hídricos da federação, Ivo Lessa Silveira Filho, comentou que, mesmo com o prazo de um ano, seria extremamente difícil cumprir a legislação. “Com um ano, se abre espaço de negociação para adequar a legislação ambiental aos dias de hoje.” Ele destacou que as multas aplicadas com base em artigos não alterados continuam valendo.



Tropeando

Fernando Adauto

Comemoramos, em 17 de dezembro, o dia do bioma Pampa, instituído pelo Ministério do Meio Ambiente do atual governo. Gostei muito do destaque, ganhamos identidade e distinção. Como vivemos em um país cheio de antagonismos, comemoramos a data assentando agricultores sem-terra em São Gabriel. É o programa do Incra para o bioma: agricultura de subsistência em substituição ao que pejorativamente chamam de latifúndio. Trocar uma atividade empresarial que, por mais de trezentos anos, conservou o ambiente por uma agricultura de subsistência, predadora e inadequada às condições do ecossistema, é aculturar um povo com gente sem formação e de regiões diferentes. É um desrespeito, uma invasão às diversas pátrias que formam este Brasil jovem e grandioso, com seus diversos biomas, do Pampa à Amazônia.

O antagonismo e a dicotomia são atordoantes. O Estado que comanda o Incra, que quer novos índices, é o mesmo do Ibama, responsável pela legislação ambiental da preservação permanente e da reserva legal. Também é o mesmo da Embrapa e das universidades, com pesquisas que buscam produção sustentável e agricultura conservacionista. Ministério da Agricultura há dois: o Mapa e o MDA. A extensão rural exercida, na maior parte do País, é um caos, estimula a produção de subsistência, que não tem mercado e não respeita a legislação, semeando pobreza e dependência no campo. As cadeias organizadas e as agroindústrias exportadoras e competitivas no mercado interno, principais responsáveis pela viabilidade econômica da pequena propriedade, sofrem concorrência desleal, estimulada pela ação equivocada do Estado e pela legislação tributária arcaica e injusta. Penso que é hora do presidente Lula emangueirar essa turma e somente dar porteira quando se acertarem e tiverem construído uma política agrícola racional que dê estabilidade ao campo.

Em uma de suas últimas manifestações, durante uma audiência pública sobre a atuação do Incra, ocorrida no Auditório Dante Barone, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o nosso prêmio Nobel José Lutzenberger sugeriu a extinção do Incra, alegando em longo discurso que este causava problemas à produção e ao meio ambiente, degradando o Pampa e desmatando a Amazônia. Em recentes reportagens sobre os referidos biomas, fica evidente que o ecólogo e naturalista tinha razão. Estamos perdendo tempo, o estrago continua. Tanto o Ibra, que deu origem ao Incra, como o MST foram criados por influência da mesma ideologia. O Ibra apesar de ter sido fundado no primeiro governo militar, atendia a conceitos ultrapassados, pré-industriais, escondendo na época sua verdadeira natureza. Somente o presidente Lula, quase 40 anos depois, em sua partilha de cargos, entregou o órgão aos seus verdadeiros donos, o MST. Enquanto não realizarmos as reformas estruturais necessárias e convivemos com estes antagonismos absurdos, o Brasil não ocupará o lugar destacado, possível e adequado na economia global.